

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL N.º 001/2025
14 de dezembro de 2025

NOME:

CARGO: **PROCURADOR JURÍDICO**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o cargo indicado** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **50 (cinquenta) questões objetivas**.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 3 (três) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO



Nome completo: _____

Assinatura: _____

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 6.

A indignidade como política pública

José Castilho

[...]

As várias razões que atuam em favor da não leitura em todo o planeta, como a nefasta desumanização imposta pelo mundo neoliberal, simbolizado nas Big Techs que instituiu o comando das telas na gerência das nossas vidas virtualizando radicalmente o tempo e o espaço, não superam a ausência ou a má política pública porque ela é estruturante e é a única que consegue trabalhar em escala de um país continente para proporcionar (ou retirar) o direito à leitura e à escrita. [...]

Se o direito à leitura é a chave de todos os outros direitos no mundo contemporâneo, é preciso dizer que um povo que lê com proficiência tem melhores instrumentos para resistir à servidão e aos muitos discursos de engano do mundo contemporâneo. Trata-se de questão crucial para um país que se pretende democrático.

É preciso lembrar que nos tempos medievais apenas os ungidos pelo poder real, eclesiástico ou patriarcal podiam ler aos outros. Somente no surgimento da Modernidade, que nos trouxe novas tecnologias com Gutemberg, o Estado Moderno e os primeiros contrapesos da vida democrática, que as utopias da inclusão e da equidade social elegeram o livro e a leitura como instrumentos essenciais à vida em sociedade num estágio civilizatório mais avançado.

Desde então, períodos de crescimentos se alternam aos regressivos, regulados por períodos históricos onde livros são odiados e jogados às fogueiras ou, inversamente, são incentivados e formam esteios civilizatórios para uma humanidade que anseia caminhar para um convívio melhor e mais equânime.

Por fim e em meio a tantos motivos fundamentais à vida para incentivarmos a formação de leitores/as, lembro nossa conjuntura imediata, esta em que vivemos sob a predominância das fake news como prática política e a urgência de superarmos esse patamar odioso que gera violência e instabilidade permanentes. Mais uma vez, e a propósito, cito a Prof^a. Eliana Yunes:

"Leitura não é somente alfabetização, é visão de mundo. Quem lê, pensa. E quem pensa, não se cala. É urgente, portanto, incentivar a leitura, não apenas em sua dimensão educativa, mas também em sua dimensão social e cultural. A leitura é condição para a aprendizagem. Sem esta e seus jogos de sentido, o homem não se converte em sujeito de sua história."

(Disponível em:

<https://www.publishnews.com.br/materias/2024/12/20/a-indignidade-co-mo-politica-publica>. Acesso em 06 dez. 2025. Adaptado.)

Questão 01

(Correta: A)

Para a boa leitura e boa interpretação de um texto, tanto o autor precisa construir um texto coeso, quanto o leitor precisa identificar os elementos coesivos e as decisões tomadas pelo autor para que compreenda as relações e os sentidos estabelecidos. Tendo isso em consideração, analise as sentenças:

I.No 1º parágrafo, o pronome pessoal "ela" tem papel importante: estabelecer uma progressão referencial, retomando "política pública".

II.No 4º parágrafo, a locução adverbial "Desde então" estabelece uma relação de tempo entre as ideias contidas no parágrafo anterior e neste que ela introduz. Isso possibilita ao leitor compreender que a ideia seguinte, em uma progressão sequencial, se localiza a partir do tempo indicado no parágrafo anterior.

III.No 5º parágrafo, o pronome demonstrativo "esta" tem como referente "conjuntura imediata". Pelo contexto, é possível afirmar que ele ajuda o leitor a localizar o assunto tratado e a si mesmo no tempo presente. Como os sentidos não são construídos com palavras isoladas, mas na relação entre elas, essa compreensão é possível também porque o autor do texto utiliza a 1ª pessoa do plural (nós), incluindo o leitor na reflexão.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 02

(Correta: E)

Analise as sentenças que tratam da regência verbal ou nominal das palavras destacadas no excerto:

"Se o **direito** à leitura é a chave de todos os outros direitos no mundo contemporâneo, é preciso dizer que um povo que lê com proficiência tem melhores instrumentos para **resistir** à servidão e aos muitos discursos de engano do mundo contemporâneo. **Trata-se** de questão crucial para um país que se pretende democrático."

I.A palavra "direito" pede regência, podendo ser acompanhada por várias preposições a depender do contexto e do sentido que se pretende construir. No contexto em análise, o autor optou pela preposição "a", mas poderia, sem alterar o sentido, ter usado a preposição "de".

II.O verbo "resistir", no sentido de "fazer face a um poder superior, opor-se", pede a regência da preposição "a" para construir esse sentido. É o que acontece corretamente no excerto.

III. Em "Trata-se de", tem-se uma expressão "cristalizada" no português brasileiro, composta por um verbo com sujeito indeterminado e que pede um complemento indireto. Desse modo, a regência da preposição "de" é necessária para a construção do sentido e não cabe outra preposição nesse contexto.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 03

(Correta: C)

Apesar de as palavras terem um ou mais significados prévios, já previstos no dicionário, é no contexto em que elas aparecem que os sentidos serão, de fato, dados. No texto em análise, é o que acontece com o verbo "pretender", que tem vários significados previstos no dicionário, mas o sentido foi dado no contexto de uso. Analise o excerto a seguir, considere o texto como um todo (que também contribui para a instauração do sentido) e assinale a alternativa que indica o sentido do verbo "pretender" no excerto:

"Trata-se de questão crucial para um país que se pretende democrático."

- (A) Sustentar a veracidade de algo.
- (B) Contar com algo.
- (C) Ter-se em conta, julgar-se.
- (D) Solicitar, tentar obter através de pedido ou exigência.
- (E) Exigir.

Questão 04

(Correta: D)

Na construção de sua reflexão, o autor do texto lança mão de uma expediente importante para sua argumentação: ainda que brevemente, ele retoma a história da humanidade para mostrar como a relação com o livro e a leitura se deu em outros tempos e como se instaura nos dias atuais. Tendo isso como referência, de acordo com o texto, é correto o que se afirma em:

- (A) No período medieval, quando ainda não havia a imprensa, só era possível ler se o autor contasse oralmente suas histórias. Dadas as limitações desse processo, era preciso escolher quem ouviria os autores e a solução foi o poder real escolher aqueles que poderiam ler o outro.
- (B) As novas tecnologias são essenciais para a valorização do livro e a prova disso está no fato de que, desde a Modernidade, com os avanços tecnológicos, o livro nunca mais ficou restrito à elite.

- (C) Os livros, em tempos medievais, já foram odiados e lançados na fogueira. Hoje, em uma sociedade mais equânime, isso já não acontece, ou seja, livros não são mais perseguidos ou queimados.
- (D) A partir da Modernidade, o mundo oscila entre períodos de crescimento e períodos regressivos e, nesse cenário, os livros são: ora alvo de ódio, sendo inclusive destruídos, ora valorizados e incentivados.
- (E) O livro e a leitura, como instrumentos essenciais para se viver em sociedade, continuam, desde a Modernidade, sendo apenas uma utopia, totalmente distantes do povo.

Questão 05

(Correta: B)

A partir da leitura do texto e da mobilização de seus conhecimentos prévios, analise as sentenças a seguir e registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) O texto nos permite compreender que, no ponto de vista do autor, há, no mundo, uma ação para promover a não leitura e uma das forças atuantes seria as Big Techs, que desumanizam as pessoas com suas telas.

(___) A ausência ou a má política pública é, de todos os fatores em prol da não leitura, o mais nefasto, uma vez que a política pública, por ter caráter estruturante, pode impactar positiva ou negativamente um país inteiro.

(___) Em uma sociedade ancorada nos princípios democráticos, a leitura e o livro são elementos secundários, tendo em vista que prioritariamente se busca construir uma sociedade inclusiva e de equidade social.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – F – V.

Questão 06

(Correta: E)

"Leitura não é somente alfabetização, é visão de mundo. Quem lê, pensa. E quem pensa, não se cala. É urgente, portanto, incentivar a leitura, não apenas em sua dimensão educativa, mas também em sua dimensão social e cultural. A leitura é condição para a aprendizagem. Sem esta e seus jogos de sentido, o homem não se converte em sujeito de sua história."

Na citação que o autor apresenta no texto e destacada aqui na questão, observa-se que toda ela foi construída pelo processo de coordenação, seja com o uso de conjunções ou de adjuntos conjuntivos (orações sindéticas), seja sem esse uso (orações assindéticas). De qualquer maneira, sentidos foram construídos. Tendo isso em consideração, analise as sentenças:

I.No trecho "Leitura não é somente alfabetização, é visão de mundo. Quem lê, pensa. E quem pensa, não se cala", o sentido é de adição, expresso tanto por "não somente..." e pelo "E", quanto pela coordenação sem conectivos.

II.Em "É urgente, portanto, incentivar a leitura, não apenas em sua dimensão educativa, mas também em sua dimensão social e cultural", há duas situações na construção da coordenação: a primeira tem o sentido de conclusão e a segunda tem o sentido de adição, expresso pelo par conjuntivo "não apenas... mas também". Neste segundo caso, além do sentido de adição, o par dá destaque a ambos os sintagmas, realçando-os.

III.O trecho "A leitura é condição para a aprendizagem. Sem esta e seus jogos de sentido, o homem não se converte em sujeito de sua história" poderia ser reescrito com o uso de uma conjunção articulando os dois períodos em um só. As melhores conjunções a serem usadas para manter o sentido do trecho são as explicativas, como "pois".

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 7 a 8.

Dicionário do Fim do Mundo

O que é mitigação?

Qualquer intervenção humana para reduzir impactos e desacelerar a mudança climática

MITIGAÇÃO é como apertar o freio para desacelerar as mudanças climáticas. Envolve qualquer ação tomada por governos, empresas ou pessoas para reduzir ou prevenir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), ou para incrementar os mecanismos que removem esses gases da atmosfera, os chamados "sumidouros de carbono".

Entre as principais estratégias de mitigação estão: a transição para energias renováveis, como solar e eólica; o aumento da eficiência no uso da energia em diversos setores; o investimento em transportes de baixo carbono; além de discussões sobre práticas agrícolas e uso da terra. Modelos de produção, consumo e alimentação também entram nessa conta.

Já para ampliar os sumidouros de carbono, é preciso restaurar florestas, manguezais e áreas úmidas, manter o solo saudável e proteger ecossistemas terrestres e marinhos.

Segundo o IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, a mitigação precisa ser ambiciosa e imediata. O relatório mais

recente alerta que, sem uma redução significativa nas emissões até 2030, será difícil evitar que o aquecimento global ultrapasse o limite de 1,5 °C.

A mitigação também inclui tecnologias emergentes, como captura e armazenamento de carbono, mas a prioridade continua sendo a eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis.

(Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/11/o-que-e-mitigacao/>. Acesso em: 06 dez. 2025.)

Questão 07

(Correta: E)

A vírgula é usada por diversos fatores que envolvem o processo de construção de um texto. Entre esses fatores, está separar o adjunto adverbial anteposto ao verbo. Considere os trechos a seguir, extraídos do texto, e assinale a alternativa em que a vírgula (ou as vírgulas) foi usada para separar o adjunto adverbial anteposto:

- (A) A mitigação também inclui tecnologias emergentes, como captura e armazenamento de carbono, mas a prioridade continua sendo a eliminação gradual do uso de combustíveis fósseis.
- (B) Modelos de produção, consumo e alimentação também entram nessa conta.
- (C) [...] para incrementar os mecanismos que removem esses gases da atmosfera, os chamados "sumidouros de carbono".
- (D) [...] é preciso restaurar florestas, manguezais e áreas úmidas, manter o solo saudável e proteger ecossistemas terrestres e marinhos.
- (E) O relatório mais recente alerta que, sem uma redução significativa nas emissões até 2030, será difícil evitar que o aquecimento global ultrapasse o limite de 1,5 °C.

Questão 08

(Correta: C)

A respeito do texto "O que é mitigação?", é correto afirmar que seu principal objetivo é:

- (A) Apresentar dados e conhecimentos científicos, pautados em pesquisas científicas, dando suporte técnico a pesquisadores do clima.
- (B) Expor e defender o ponto de vista do veículo de comunicação a respeito das mudanças climáticas e da importância de uma postura mitigadora por parte, especialmente, da população, que precisa mudar seus hábitos cotidianos.
- (C) A partir de uma estrutura que remonta ao gênero "verbete de dicionário", expor informações e conhecimentos a respeito do que é mitigação, definindo-a de modo claro e didático.

- (D) Convencer o leitor a respeito da aceleração das mudanças climáticas, sendo ele o principal agente da mitigação, pois as práticas agrícolas e o uso da terra são os principais responsáveis pelo aquecimento global, cabendo ao leitor, como cidadão, mudar seus hábitos, especialmente os de consumo e alimentares.
- (E) A partir de uma brincadeira com a ideia de um dicionário e a expressão "fim do mundo", causar medo e apreensão no leitor diante das mudanças climáticas, responsabilizando-o também por agir em prol de mitigar essas mudanças.

Questão 09

(Correta: B)

Quanto à colocação pronominal, sabe-se que os pronomes oblíquos átonos podem ser postos antes, depois ou intercalados ao verbo, a depender do contexto frasal e do contexto de enunciação. Todavia, sabe-se que está consolidado que a próclise "é a colocação mais comum dos pronomes oblíquos átonos no português brasileiro escrito ou falado, formal ou informal" (*Gramática do português brasileiro*, Francisco Eduardo Vieira e Carlos Alberto Faraco, ed. Parábola). Esclarece-se, evidentemente, que há casos em que a ênclise (pronome posposto ao verbo) é necessária. Tendo isso em consideração, analise as sentenças quanto à colocação dos pronomes destacados, atendo-se ao contexto linguístico em que cada uma aparece:

I. Sempre **me** recebiam de braços abertos e **me** faziam sentir o amor deles por mim.

II. Eu **as** denomino de diretrizes epistemológicas.

III. Quem **nos** explicará a razão de tudo isso?

IV. Se soubesse de sua falta de ética, não teria continuado a ouvi-**lo**.

A colocação pronominal está correta em:

- (A) II e III, apenas.
(B) I, II, III e IV.
(C) I e II, apenas.
(D) I, III e IV, apenas.
(E) IV, apenas.

Questão 10

(Correta: D)

Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando as regras de concordância verbal a suas respectivas aplicações:

Primeira coluna: regras

1. O verbo vai à terceira pessoa do singular se a oração não tem sujeito.
2. Se o sujeito é formado por expressão partitiva, o verbo concorda com o núcleo sintático da construção ou com o substantivo/pronome da expressão.

3. Quando o sujeito simples está posposto ao verbo, este concorda com núcleo do sujeito.

4. Se o sujeito é resumido ou retomado por um pronome indefinido em função de aposto, o verbo concorda com o aposto.

Segunda coluna: aplicações

(__) O ministro apresentou o documento que assinaram os países presentes na reunião anual.

(__) Trata-se de um capital político imenso, mas instável e perigoso para desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas.

(__) A ciência, a tecnologia, a educação, a saúde, nada disso funciona bem sem investimentos robustos.

(__) Em 20 anos, metade dos carros vendidos no mundo não vão queimar combustível.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 1 – 2 – 3 – 4.
(B) 3 – 2 – 1 – 4.
(C) 4 – 1 – 2 – 3.
(D) 3 – 1 – 4 – 2.
(E) 2 – 4 – 1 – 3.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 11

(Correta: A)

As apostas esportivas online, popularmente conhecidas como "bets", consolidaram-se como fenômeno de massa no Brasil. Em 2024, mais de 25 milhões de novos usuários aderiram às plataformas, totalizando 52 milhões de apostadores nos últimos cinco anos. A expansão acelerada das bets, impulsionada por intensa divulgação midiática e parcerias com influenciadores digitais, trouxe à tona debates sobre regulamentação, impactos na saúde mental e consequências econômicas para as famílias brasileiras. Considerando as dimensões desse fenômeno, é correto afirmar que:

- (A) O perfil dos apostadores brasileiros revela concentração nas classes C, D e E, e pesquisas indicam que parte significativa dos usuários já experimentou prejuízos financeiros ou destinou recursos de outras necessidades para as apostas.
- (B) As plataformas de apostas esportivas operam com margens que garantem retorno proporcional às probabilidades reais dos eventos, assegurando equilíbrio entre ganhos e perdas dos usuários.
- (C) O fenômeno das bets atinge de forma homogênea todas as classes sociais brasileiras, com distribuição equilibrada de usuários entre os diferentes estratos de renda.

- (D) A ludopatia, ou transtorno do jogo, caracteriza-se pela capacidade do apostador de estabelecer limites claros entre atividade recreativa e comportamento compulsivo.
- (E) A regulamentação das apostas esportivas no Brasil, implementada em 2018, eliminou a evasão fiscal do setor, uma vez que todas as plataformas passaram a operar com sede em território nacional.

Questão 12

(Correta: A)

A crescente utilização da Inteligência Artificial em processos decisórios automatizados tem suscitado debates sobre os limites éticos dessas tecnologias. Sistemas de *machine learning* são treinados a partir de grandes volumes de dados para identificar padrões e realizar previsões de forma autônoma. Contudo, especialistas alertam que esses sistemas podem reproduzir e até amplificar desigualdades históricas presentes na sociedade. O fenômeno, conhecido como viés algorítmico, já foi identificado em áreas como reconhecimento facial, seleção de currículos e diagnósticos médicos, gerando preocupações sobre a necessidade de regulamentação do setor. Considerando as dimensões éticas e sociais envolvidas no debate sobre Inteligência Artificial, é correto afirmar que:

- (A) O viés algorítmico ocorre quando sistemas de aprendizado de máquina são treinados com dados que refletem preconceitos ou padrões injustos, levando o algoritmo a normalizar, perpetuar ou amplificar essas tendências discriminatórias.
- (B) A ausência de regulamentação beneficia o desenvolvimento ético da Inteligência Artificial, pois permite que o mercado estabeleça padrões de transparência e responsabilidade de forma espontânea.
- (C) O viés algorítmico caracteriza-se por falhas técnicas no processamento de dados, sendo eliminado automaticamente quando os sistemas de Inteligência Artificial alcançam níveis mais avançados de desenvolvimento.
- (D) Os sistemas de reconhecimento facial são imunes ao viés algorítmico, uma vez que utilizam características biométricas objetivas que independem de fatores sociais ou históricos.
- (E) A regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil encontra-se consolidada desde a promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados, que estabelece mecanismos efetivos de auditoria algorítmica.

Questão 13

(Correta: B)

Estudos historiográficos recentes têm revisitado a narrativa da colonização do Vale do Itajaí, problematizando a invisibilização de populações que ocupavam o território antes da chegada dos imigrantes europeus. No caso de Rodeio, registros indicam a

presença de grupos estabelecidos nas margens do Rio Itajaí-Açu em período anterior à colonização oficial. Considerando esse contexto, é correto afirmar que:

- (A) Os habitantes pré-imigratórios abandonaram a região com a chegada dos colonizadores oficiais, transferindo-se para áreas urbanas de Blumenau em busca de oportunidades comerciais.
- (B) Luso-brasileiros, frequentemente miscigenados e denominados pejorativamente de caboclos, instalaram-se na região a partir de 1866, dedicando-se à pesca e evadindo o alistamento militar durante a Guerra do Paraguai.
- (C) Comunidades indígenas Xokleng ocupavam as margens do Rio Itajaí-Açu e estabeleceram relações comerciais com os primeiros colonizadores tiroleses, facilitando a ocupação do território.
- (D) A presença de populações miscigenadas na região decorria de políticas imperiais de ocupação territorial, que incentivavam o deslocamento de libertos para áreas de fronteira agrícola.
- (E) A ocupação luso-brasileira anterior à imigração europeia concentrava-se em atividades extrativistas voltadas à exportação, integrando a região aos circuitos econômicos do Império.

Questão 14

(Correta: E)

Estudos recentes apontam que parcela significativa dos trabalhadores evita interações com colegas fora do ambiente profissional e poucos relatam manter relações de confiança no trabalho. Esse cenário impacta o engajamento, a produtividade e a capacidade de inovação nas organizações. Pesquisadores têm identificado dimensões essenciais para a construção de ambientes que favoreçam vínculos e colaboração. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) A inclusão organizacional efetiva-se quando os colaboradores alinham suas características individuais aos padrões comportamentais predominantes na instituição.
- (B) A construção de vínculos organizacionais depende de iniciativas de integração informal, como confraternizações periódicas e espaços de convivência recreativa.
- (C) A segurança, para contribuir em equipes, pressupõe que divergências hierárquicas sejam minimizadas, preservando a coesão institucional e a fluidez dos processos.
- (D) O fortalecimento de conexões no trabalho constitui estratégia de gestão de pessoas dissociada dos objetivos de desempenho e competitividade organizacional.
- (E) A segurança psicológica no trabalho envolve sentir-se incluído, poder admitir desconhecimento, ter ideias consideradas e questionar decisões sem receio de retaliação.

Questão 15

(Correta: C)

Em 2025, o Ibama concedeu licença para que a Petrobras realizasse perfuração exploratória no bloco FZA-M-59, localizado na Bacia da Foz do Amazonas, a cerca de 175 km da costa do Amapá. A autorização, que encerrou um processo de mais de uma década, reacendeu o debate sobre os rumos da política energética brasileira. Enquanto o Ministério de Minas e Energia defende que a Margem Equatorial representa o "futuro da soberania energética" do país, ambientalistas e cientistas alertam para os riscos de expansão da fronteira de combustíveis fósseis em um contexto de crise climática global. Considerando os elementos centrais desse debate, é correto afirmar que:

- (A) A perfuração exploratória na região foi autorizada após comprovação da inexistência de ecossistemas sensíveis e comunidades tradicionais na área de influência do empreendimento.
- (B) A Margem Equatorial é considerada área de baixo potencial petrolífero, razão pela qual o processo de licenciamento foi simplificado e dispensou a realização de estudos de impacto ambiental.
- (C) A licença concedida autoriza atividades de pesquisa exploratória para verificar a existência de petróleo na região, sendo necessárias novas autorizações ambientais caso se confirme viabilidade comercial para extração.
- (D) A autorização do Ibama encerra o processo de licenciamento ambiental na região, permitindo que a Petrobras inicie imediatamente a produção comercial de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas.
- (E) O Brasil já esgotou as reservas do Pré-Sal na Bacia de Santos, o que torna a exploração na Foz do Amazonas a principal alternativa para manutenção da produção nacional de petróleo.

Questão 16

(Correta: E)

A historiografia contemporânea tem problematizado narrativas que retratam os imigrantes como figuras passivas ou vitimizadas, destacando as estratégias ativas desenvolvidas por esses grupos para garantir sua sobrevivência e inserção econômica. No contexto de Rodeio, os colonos de fala italiana enfrentavam a hegemonia comercial de outro grupo étnico estabelecido na região. Considerando esse cenário, é correto afirmar que:

- (A) A hegemonia comercial alemã na região foi superada pela organização sindical dos trabalhadores italianos, que reivindicaram políticas protecionistas ao governo imperial.
- (B) As cooperativas agrícolas fundadas pelos tirolezes destinavam-se à comercialização de produtos no mercado interno brasileiro, evitando a concorrência direta com exportadores alemães.

- (C) O cultivo do tabaco foi introduzido pelos imigrantes alemães e posteriormente adotado pelos italianos, que adaptaram as técnicas de beneficiamento às condições locais.
- (D) A inserção econômica dos colonos italianos dependia da intermediação comercial realizada pelos alemães, que controlavam as rotas de escoamento da produção agrícola regional.
- (E) Os colonos criaram cooperativas agrícolas para exportar tabaco em folha à Europa, obtendo recursos que permitiam competir com o comércio alemão hegemônico no município de Blumenau.

Questão 17

(Correta: E)

Em novembro de 2025, foi sancionada a Política Nacional de Linguagem Simples, que estabelece diretrizes para a comunicação entre órgãos públicos e a população brasileira. Entre as disposições da lei, consta a determinação de não utilizar novas formas de flexão de gênero e número em contrariedade às regras gramaticais consolidadas e ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. A medida reacendeu debates sobre a chamada linguagem neutra, que propõe substituições como "todxs", "todes" ou "elu" para contemplar pessoas que não se identificam com os gêneros binários tradicionais. Considerando os conceitos linguísticos envolvidos nessa discussão, é correto afirmar que:

- (A) A Política Nacional de Linguagem Simples determina o uso da linguagem neutra em comunicações oficiais como forma de garantir a inclusão de grupos historicamente marginalizados.
- (B) As variantes linguísticas restringem-se às diferenças regionais de sotaque, não abrangendo transformações históricas ou contextos situacionais de uso da língua.
- (C) A norma-padrão da Língua Portuguesa é incompatível com as variantes linguísticas, uma vez que estas representam desvios gramaticais que devem ser corrigidos pela educação formal.
- (D) A linguagem neutra constitui variante linguística do tipo social, equiparando-se aos jargões profissionais e às gírias etárias, razão pela qual sua proibição em documentos oficiais viola o princípio da adequação comunicativa.
- (E) A variação linguística configura-se como uso do idioma diferente da norma-padrão e pode manifestar-se nas dimensões regional, histórica, social e situacional, enquanto a linguagem neutra, por estar em processo de consolidação, ainda não é reconhecida como variante pela Linguística.

Questão 18

(Correta: D)

O assédio sexual no ambiente de trabalho constitui uma das formas de violência contra a mulher que se perpetua nas relações laborais brasileiras. Dados do Anuário

Brasileiro de Segurança Pública indicam crescimento de 49,7% nos casos registrados em 2022. Contudo, especialistas alertam que os números oficiais não refletem a dimensão real do fenômeno, uma vez que muitas vítimas optam por não denunciar seus agressores. Pesquisa realizada pela consultoria Deloitte com mulheres de diferentes países, incluindo o Brasil, revelou que 40% das brasileiras já sofreram assédio sexual no trabalho, mas a maioria não formalizou denúncia. Considerando os fatores que contribuem para a subnotificação do assédio sexual no ambiente laboral, é correto afirmar que:

- (A) A ausência de denúncias reflete a satisfação das trabalhadoras com as políticas de prevenção ao assédio implementadas pelas empresas brasileiras.
- (B) A subnotificação decorre da inexistência de canais institucionais para receber denúncias, o que impede as vítimas de formalizar suas queixas junto aos órgãos competentes.
- (C) As vítimas não denunciam porque os casos de assédio sexual no trabalho diminuíram significativamente nos últimos anos, tornando a conduta excepcional no ambiente corporativo.
- (D) A principal razão apontada pelas vítimas para não denunciar é a percepção de que o caso não era grave o suficiente para ser reportado, o que indica a banalização do assédio no ambiente de trabalho.
- (E) O silêncio das vítimas está relacionado à garantia de anonimato absoluto nos processos de investigação, o que as estimula a resolver a situação por conta própria.

Questão 19

(Correta: C)

Em 2024, enquanto o PIB brasileiro registrou crescimento de 3,4%, o setor agropecuário apresentou retração de 3,2%, com quebra significativa na produção de soja e milho. O desempenho negativo esteve diretamente associado a eventos climáticos extremos que atingiram diferentes regiões do país, como as enchentes no Rio Grande do Sul e a seca prolongada na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado. Esse cenário reacende o debate sobre a relação entre a expansão das fronteiras agrícolas e as alterações no regime climático brasileiro. Considerando os elementos que compõem essa discussão, é correto afirmar que:

- (A) O setor agropecuário brasileiro opera de forma independente das variações climáticas, uma vez que a mecanização e a tecnologia de sementes garantem estabilidade produtiva.
- (B) A retração do PIB agropecuário em 2024 decorreu da redução voluntária da área plantada pelos produtores rurais, em resposta às exigências do Código Florestal brasileiro.

- (C) Estudos indicam que a destruição do meio ambiente, especialmente o desmatamento, contribui para a desregulação climática, e os ganhos econômicos de curto prazo tendem a converter-se em perdas ambientais, sociais e econômicas a prazo mais longo.
- (D) O desmatamento no Brasil, em 2024, concentrou-se na Amazônia, que respondeu por mais da metade da área suprimida, enquanto o Cerrado apresentou índices residuais de perda de cobertura vegetal.
- (E) A expansão das fronteiras agrícolas brasileiras teve início na década de 1990, quando técnicas de irrigação permitiram o cultivo de grãos em áreas de clima semiárido no Nordeste.

Questão 20

(Correta: A)

A COP30, primeira Conferência das Partes realizada na região amazônica, evidenciou tanto avanços quanto impasses nas negociações climáticas internacionais. O Brasil, como anfitrião, propôs um "mapa do caminho" para a transição energética, enquanto simultaneamente autorizava estudos para exploração petrolífera na margem equatorial. Considerando o contexto geopolítico e os resultados da conferência, analise as afirmativas a seguir:

I.A polarização entre países favoráveis e contrários à proposta brasileira de transição energética resultou na exclusão da temática dos combustíveis fósseis do documento final da conferência.

II.O reconhecimento dos direitos territoriais e dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas no documento final representou um marco inédito na história das Conferências das Partes.

III.As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), instrumento central do Acordo de Paris, foram consideradas plenamente alinhadas às metas estabelecidas há uma década, segundo o documento final.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

(Correta: C)

Sobre o IPTU, assinale a alternativa correta:

- (A) Para determinar-se a base de cálculo do IPTU devem ser considerados os bens móveis mantidos nele, de forma permanente.

- (B) A lei municipal não pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana.
- (C) O imposto, de competência municipal, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- (D) Para os fins deste imposto, entende-se como zona urbana aquela definida em lei estadual.
- (E) A base do cálculo do imposto é o valor de mercado atual do imóvel.

Questão 22

(Correta: A)

Considere as afirmativas relacionadas às mudanças no Judiciário pelo uso de tecnologias digitais e assinale a alternativa correta:

- (A) Os processos judiciais podem correr inteiramente por meio digital, desde que seja garantido que ambas as partes tenham meios para esse tipo de acesso.
- (B) As audiências virtuais foram permitidas durante a pandemia do covid-19, mas atualmente só são possíveis quando uma das partes tem comprovada restrição de mobilidade.
- (C) Para garantir que os prazos sejam cumpridos, os atos processuais devem ser praticados um dia útil antes do prazo final, pois não é admitida justificativa de sistema inoperante para não extinção do direito de praticar ou emendar ato judicial.
- (D) Não há nenhuma hipótese em que sejam admitidos atos por meio não eletrônico.
- (E) É vedada a citação por WhatsApp no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 23

(Correta: C)

A Prefeitura Municipal de Rodeio autorizou, por meio da Secretaria de Cultura, a realização de uma festa de rua no dia 1º de outubro, com ocupação de via pública e fechamento temporário do local. A autorização foi publicada na página oficial do município e as equipes organizadoras realizaram o evento naquele dia. Posteriormente, por reclamações de vizinhos, a Prefeitura publicou ato administrativo revogando a autorização. Não bastasse, verificou-se que o documento de autorização havia sido assinado por um chefe de divisão da Secretaria substituto, e não pelo titular do órgão, muito embora não fosse o caso de competência exclusiva para fazê-lo. Com base nisso, assinale a alternativa correta:

- (A) A Administração deve aplicar a conversão do ato (mudar a categoria do ato) para torná-lo válido; se não houver conversão, o ato permanece plenamente válido e revogável a qualquer tempo sem restrições.

- (B) O Poder Judiciário pode, de ofício, revogar a autorização administrativa publicada pela Prefeitura, porque os juízes podem suprir lacunas administrativas quando há repercussão social.
- (C) A autorização expedida e já consumada com a realização do evento não pode ser revogada quanto aos efeitos já produzidos, ao passo que o vício de competência sanável (assinatura do substituto) pode ser convalidado pela autoridade competente, quando não gerar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- (D) Não é possível a convalidação do ato por qualquer autoridade porque vício de competência é sempre insanável.
- (E) A revogação praticada pela Prefeitura retroage aos efeitos, anulando todas as consequências do evento, por exemplo, afasta responsabilidades e direitos que surgiram com a realização do evento.

Questão 24

(Correta: C)

Considere as afirmativas relacionadas ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e assinale a correta:

- (A) Como é um recurso processual, no IRDR só são ouvidas as partes envolvidas no processo a partir do qual foi instaurado.
- (B) A partir do momento em que um IRDR é decidido, torna-se vinculante em todo território nacional, não podendo haver qualquer decisão judicial contrária a ele.
- (C) Previsto no Código de Processo Civil, o IRDR foi criado para lidar com o grande volume de processos que tratam da mesma questão de direito, buscando uniformizar a jurisprudência, trazer segurança jurídica e celeridade processual.
- (D) Os processos judiciais que versarem sobre o tema questionado em um IRDR não serão suspensos em nenhuma hipótese, podendo a decisão sobre eles ser revista após a decisão do presidente do tribunal sobre o IRDR.
- (E) Uma vez que se abandone a Causa a partir da qual o IRDR foi instaurado, este perde sua base de existência, não podendo seu mérito ser avaliado.

Questão 25

(Correta: D)

Segundo a Constituição Federal de 1988, o Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional. Sobre o tema, analise as assertivas a seguir:

- I. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão, todos, escolhidos pelo Presidente da República.
- II. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República, com

aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

III. Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Congresso Nacional.

IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

V. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

É correto o que se apresenta em:

- (A) I, IV e V, apenas.
- (B) I, II, IV e V, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

Questão 26

(Correta: C)

A servidão administrativa é meio de intervenção do Estado na propriedade privada com natureza jurídica de direito real público para assegurar a realização de obras e serviços públicos. Sobre o tema, julgue os itens a seguir:

I. Servidão administrativa e servidão privada, esta disciplinada pelo Código Civil, são institutos equivalentes.

II. Servidão administrativa não pode recair sobre bem público, apenas sobre bem privado.

III. Na servidão pública, o ente público aparece como partícipe da relação, enquanto a servidão privada dá-se entre particulares.

IV. O regime jurídico envolvido na servidão pública é o regime jurídico administrativo, pautado nas prerrogativas conferidas à Administração em razão da supremacia do interesse público sobre o privado e nas sujeições oriundas da indisponibilidade do interesse público.

V. A servidão administrativa nunca gerará direito à indenização do proprietário.

É correto o que se apresenta em:

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 27

(Correta: C)

Sobre as entidades da Administração Indireta, analise as assertivas a seguir:

I. Autarquias são pessoas jurídicas de Direito Público, criadas por lei, para executar atividades típicas da Administração Pública Direta, que exercerá um controle finalístico, nos termos legais.

II. Somente lei específica poderá criar autarquias ou autorizar a instituição de empresas públicas, sociedades de economia mista e de fundações.

III. A autarquia está subordinada hierarquicamente à entidade da Administração Direta que a criou.

IV. Agências Executivas são espécies de autarquias em regime especial e possuem como finalidade principal regulamentar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos realizada por particulares.

V. Em razão do chamado princípio da reserva legal, as entidades da Administração Indireta somente poderão ser instituídas por lei, jamais por decreto.

É correto o que se apresenta em:

- (A) III e V, apenas.
- (B) I, II, III, IV e V.
- (C) I, II e V, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

Questão 28

(Correta: D)

Taise trabalha como analista administrativa para a empresa X Ltda. Após dois anos de contrato presencial, Taise e a empresa decidem migrar para o regime de teletrabalho. No novo acordo, ficou definido que Taise trabalhará em casa utilizando seu próprio computador, sendo que a empresa reembolsará mensalmente os gastos com internet. Também foi elaborado um termo em que Taise reconhece as instruções recebidas sobre ergonomia e prevenção de acidentes domésticos. Alguns meses depois, a empresa deseja que Taise retorne ao regime presencial. Considerando as regras da CLT sobre teletrabalho e férias, assinale a alternativa correta:

- (A) A mudança do presencial para o teletrabalho pode ser imposta unilateralmente pela empresa, sem necessidade de acordo mútuo.
- (B) O fato de Taise comparecer semanalmente à empresa para reuniões presenciais descaracteriza automaticamente o regime de teletrabalho.
- (C) O fornecimento de equipamentos e o reembolso de despesas integram a remuneração de Taise, devendo refletir em férias e 13º salário.

- (D) A alteração do teletrabalho para o presencial pode ser determinada pelo empregador, desde que haja prazo mínimo de transição de 15 dias e registro por aditivo contratual, conforme a CLT.
- (E) Em razão do teletrabalho, Taise perde o direito a fracionar suas férias em até três períodos, pois essa regra só se aplica a empregados presenciais.

Questão 29

(Correta: A)

Durante o terceiro ano de mandato presidencial, o Presidente da República falece em decorrência de um acidente aéreo. O Vice-Presidente, que assumira interinamente, sofre grave enfermidade e falece 20 dias depois. Diante da dupla vacância ocorrida, o Congresso Nacional passa a discutir o procedimento adequado para a escolha do novo Presidente. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- (A) Como a segunda vacância ocorreu após a metade do mandato, deve ser realizada eleição indireta pelo Congresso Nacional, no prazo de 30 dias.
- (B) Após a metade do mandato, não há eleição direta nem indireta; o Presidente da Câmara assume até o final do mandato.
- (C) Como a primeira vacância ocorreu após a metade do mandato, deve ser realizada eleição direta no prazo de 90 dias.
- (D) Nesse caso, quem assumirá a Presidência da República será o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Como a soma dos prazos entre as vacâncias ultrapassou 15 dias, a eleição deve ser direta, independentemente do ano do mandato.

Questão 30

(Correta: B)

Carlos deve a Júlia a quantia de R\$ 20.000, vencida há três meses. Diante da dificuldade financeira, Carlos oferece a Júlia sua motocicleta, avaliada em R\$ 22.000, como forma de quitar integralmente a dívida. Júlia aceita expressamente a proposta. Considerando o disposto no Código Civil brasileiro, notadamente o instituto da dação em pagamento, assinale a alternativa correta:

- (A) A dação em pagamento somente é válida se for feita com um título de crédito, obrigatoriamente.
- (B) A motocicleta pode ser entregue como forma de extinção da dívida, pois a dação em pagamento ocorre quando o credor consente em receber prestação diversa da originalmente devida.
- (C) A dação em pagamento exige autorização judicial prévia para produzir efeitos.
- (D) A dação em pagamento é inválida, pois somente dinheiro pode extinguir dívida pecuniária.
- (E) A dação em pagamento não se aplica a dívidas já vencidas, apenas às vincendas.

Questão 31

(Correta: C)

Considere as afirmativas a seguir sobre as tutelas provisórias e assinale a correta:

- (A) Quando uma tutela provisória é requerida, o processo é automaticamente remetido ao presidente do Tribunal do juízo em que foi impetrado.
- (B) A tutela provisória só pode ser revogada ou modificada quando o processo for considerado em trânsito julgado.
- (C) São requisitos fundamentais para a concessão de tutelas provisórias: o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.
- (D) A tutela provisória não pode ser concedida sem a escuta da parte contrária em um processo judicial.
- (E) Nenhuma tutela provisória pode ser concedida durante um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).

Questão 32

(Correta: A)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- (A) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.
- (B) Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- (C) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio.
- (D) Os Deputados e Senadores, desde a posse, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, extinguir a ação.

Questão 33

(Correta: B)

A Lei Delegada n.º 13, de 27 de agosto de 1992, instituiu gratificações de atividade para os servidores civis do Poder Executivo. Sobre essa espécie normativa, assinale a alternativa correta:

- (A) Matéria reservada à lei complementar pode ser objeto de lei delegada em razão de sua urgência.

- (B) A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- (C) Nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais também podem ser objeto de leis delegadas porque são temas relevantes à sociedade.
- (D) Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, com a possibilidade de emendas.
- (E) A delegação deverá ser solicitada pelo Presidente da República à Câmara de Deputados.

Questão 34

(Correta: C)

A empresa brasileira X Construções S.A. foi investigada por pagar vantagem indevida a servidor público federal para obter contrato com o Governo e superfaturá-lo, obtendo grandes somas de dinheiro de forma ilícita. A quantia era repartida entre os sócios da empresa e, também, repassada a terceiros. Descoberto o esquema, o Ministério Público propõe ação de responsabilização com base na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013). No curso do processo, a empresa passa por uma fusão com outra sociedade e seus diretores alegam que não poderiam responder pelos atos porque não participaram diretamente da conduta ilícita. Considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei Anticorrupção só se aplicaria ao caso em comento se os atos lesivos tivessem sido praticados em benefício exclusivo da empresa, ou seja, caso os valores não tivessem sido repassados a terceiros.
- (B) A responsabilização da pessoa jurídica depende sempre da comprovação da culpa ou dolo de seus administradores, ou seja, depende sempre da responsabilização da pessoa física.
- (C) A empresa continua responsável pelos atos lesivos, pois a responsabilização é objetiva e subsiste mesmo após fusão.
- (D) A responsabilização da pessoa jurídica depende sempre da comprovação da culpa ou dolo do servidor público envolvido, bem como da sua responsabilização.
- (E) A fusão extingue automaticamente a responsabilidade da empresa, pois a nova sociedade só responde por atos praticados após sua constituição.

Questão 35

(Correta: A)

Sobre os institutos da posse e da propriedade, conforme disciplina do Código Civil, assinale a alternativa correta:

- (A) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (B) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, mesmo que excluam os dos outros compossuidores.
- (C) Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, desde que pleno, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- (D) É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.
- (E) É justa a posse se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

Questão 36

(Correta: B)

Considere as afirmativas a seguir sobre a publicização de atos processuais e assinale a correta:

- (A) Processos que correm em segredo de justiça não podem acontecer em âmbito eletrônico.
- (B) Em que pese o princípio da publicidade do artigo 11, do Código de Processo Civil, há dados cuja exposição é vedada, mesmo em casos que não correm em segredo de justiça.
- (C) O segredo de justiça não se aplica a atos processuais que envolvam a cooperação internacional, uma vez que a publicização desses atos é uma questão de soberania nacional.
- (D) Correm em segredo de justiça todos os processos que envolverem figuras públicas, desde que não sejam membros dos poderes executivo, legislativo ou judiciário, caso em que será dada ampla divulgação dos atos processuais em virtude do interesse público.
- (E) Advogadas e advogados têm direito a examinar qualquer processo judicial, mesmo sem procuração.

Questão 37

(Correta: E)

Sobre o processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por crimes de responsabilidade, analise as assertivas a seguir:

I.A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas.

II.Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.

III.Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento.

IV.O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, sempre pessoalmente, vedada a intimação na pessoa de seu procurador.

V.O processo deverá estar concluído dentro em noventa dias.

É correto o que se apresenta em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, IV e V, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) I, II, III e V, apenas.

Questão 38

(Correta: D)

Determinado vereador do Município de Rodeio é também denunciado pelo Ministério Público por um crime cometido fora do exercício do mandato, relacionado a uma agressão ocorrida em uma festa particular. A defesa do vereador sustenta que ele não pode ser processado criminalmente enquanto estiver no exercício do mandato, alegando imunidades parlamentares. Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e a disciplina das imunidades dos vereadores, assinale a alternativa correta:

- (A) O vereador poderá ser processado pelo crime cometido, mas, em razão do foro privilegiado, o será perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) O vereador possui imunidade formal semelhante à dos deputados estaduais, razão pela qual deve haver autorização da Câmara Municipal para processá-lo criminalmente.
- (C) O vereador não pode ser processado por crime cometido enquanto vereador, mesmo que não relacionado a sua função, pois os vereadores possuem imunidade formal processual.
- (D) Os vereadores possuem apenas imunidade material, relativa às palavras, opiniões e votos emitidos no exercício da função e dentro da circunscrição do Município. Assim, nesse caso, o vereador pode ser processado criminalmente pelo fato ocorrido na festa particular.
- (E) A imunidade material do vereador impede o processamento criminal por fatos estranhos ao exercício do mandato, desde que ocorridos dentro do território do Município.

Questão 39

(Correta: B)

Segundo o contido na Lei n.º 13.303, de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é procedimento auxiliar das licitações:

- (A) Julgamento.

- (B) Pré-qualificação permanente.
- (C) Preparação.
- (D) Negociação.
- (E) Adjudicação.

Questão 40

(Correta: A)

Segundo a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal; estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública; orientará a elaboração da lei orçamentária anual; disporá sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Além disso, a Lei Complementar n.º 101, de 2000, estabelece que a lei de diretrizes orçamentárias disporá também sobre:

- (A) Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- (B) Equilíbrio entre gastos, investimentos e parcelamentos.
- (C) Parcelamentos e dívida tributária.
- (D) Demais condições e exigências para transferências de recursos apenas a entidades públicas.
- (E) Responsabilidade cível, criminal e fiscal dos gestores.

Questão 41

(Correta: E)

Considere as afirmativas a seguir sobre os processos de execução e assinale a correta:

- (A) Ao contrário de outros países, no Brasil não existe prisão por dívida, pois o direito à liberdade de ir e vir é direito fundamental garantido pela Constituição Federal, em seu artigo 5º, XV.
- (B) A execução de uma ação que correu em outro país não pode atingir bens que estejam no Brasil sob hipótese alguma.
- (C) Uma vez iniciado o processo de execução, o exequente não pode desistir da execução.
- (D) Uma vez havendo acordo extrajudicial renuncia-se à judicialização de uma demanda, mesmo que a obrigação não seja cumprida.
- (E) A execução de bens e patrimônio é transmitida por herança, assim como alcança os bens de cônjuge ou companheiro(a).

Questão 42

(Correta: E)

Sobre a federação brasileira, analise as assertivas a seguir:

I.O Brasil é um exemplo de federalismo por agregação.

II.Inexiste, na federação brasileira, o direito de secessão, ou seja, não se permite, uma vez criado o pacto federativo, o direito de separação, de retirada. Tanto é que a CF/88 estabeleceu que a tentativa de retirada ensejará a decretação da intervenção federal no Estado.

III.É impossível a transferência temporária da sede do Governo Federal.

IV.As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são bens da União e, portanto, não podem ser consideradas como terras devolutas de domínio do Estado-membro.

V.Atualmente não se tem nenhum território da União no país, mas sua criação é possível. Também seria possível dividi-lo em Municípios, e esses Municípios, por sua vez, poderiam sofrer intervenção federal.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) III e V, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II, IV e V, apenas.

Questão 43

(Correta: E)

O Município X editou a Lei Municipal n.º Y/2024, criando regras para publicidade em vias públicas. A lei determina que qualquer propaganda deve ser previamente autorizada pela Prefeitura e proíbe conteúdos que, a juízo da Administração, "violem princípios morais". Empresas de comunicação ajuizaram ações alegando que a lei viola, simultaneamente, a Constituição Federal, por ofensa à liberdade de expressão (art. 5º, IX); e a Constituição Estadual, que repete integralmente o dispositivo da Constituição Federal sobre liberdade de expressão. Diante disso, cogita-se provocar o Tribunal de Justiça do Estado por meio de ADI estadual, ou propor ADPF no STF, alegando que lei municipal não pode ser objeto de ADI federal. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta:

- (A) Cabe ADI diretamente no STF contra lei municipal, sempre que a norma impugnada ofender simultaneamente a Constituição Federal e dispositivos reproduzidos na Constituição Estadual.
- (B) A lei municipal deve ser questionada pela via da Ação Civil Pública.
- (C) Leis municipais não sofrem controle concentrado de constitucionalidade, apenas podem ser objeto de controle difuso.
- (D) A ADPF só é cabível quando houver controvérsia relevante sobre leis federais ou estaduais, não podendo ter como objeto lei municipal.

(E) Cabe ADI no Tribunal de Justiça para impugnar lei municipal que contrarie a Constituição Estadual; nesse caso, não cabe ADI no STF, mas é possível propor ADPF para questionar a lei municipal perante a Constituição Federal.

Questão 44

(Correta: A)

Conforme disposto na Constituição Federal, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários no caso de:

- (A) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- (B) Um cargo de professor com outros dois cargos técnicos ou científicos.
- (C) Um cargo de professor e dois cargos na área da saúde.
- (D) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, mesmo que sem profissões regulamentadas.
- (E) Três cargos técnico ou científicos.

Questão 45

(Correta: D)

O Presidente da República do Brasil é sócio de conhecido clube da cidade, onde pratica, regularmente, seus esportes. Em determinado dia, o Presidente dirige-se ao clube para se exercitar e, lá chegando, desentende-se com o porteiro da associação por um motivo banal e em nada relacionada a sua atividade política: o local para guardar os apetrechos esportivos. A discussão, acalorada, acaba em vias de fato, tendo o Presidente lesionado gravemente o porteiro. Diante desse caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- (A) O Presidente será julgado perante a Câmara de Deputados.
- (B) O Presidente será imediatamente afastado de suas funções, pelo prazo máximo de 180 dias.
- (C) O Presidente será julgado perante o Supremo Tribunal Federal em razão do seu foro privilegiado.
- (D) O Presidente não poderá ser processado, pois não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções na vigência do seu mandato.
- (E) O Presidente será julgado apenas caso o Congresso Nacional autorize o oferecimento da denúncia pelo Procurador-Geral da República.

Questão 46

(Correta: E)

Em 1975, o Estado X editou a Lei Estadual n.º Y/75, que limitava a realização de manifestações públicas, condicionando-as à autorização prévia da Secretaria de Segurança. Após a Constituição Federal de 1988, movimentos sociais passaram a sustentar que a lei seria

incompatível com o ordenamento jurídico, que assegura o direito de reunião. Um partido político pretende propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF para declarar a inconstitucionalidade da lei de 1975. Já uma associação de direitos humanos estuda ajuizar ADPF, pedindo que o STF reconheça a não recepção da norma pré-constitucional. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- (A) A lei de 1975 pode ser objeto de ADI no STF, porque o parâmetro de constitucionalidade é a Constituição vigente no momento do ajuizamento e não a Constituição da época da edição da lei.
- (B) Como há dúvida sobre a recepção da lei, a ação adequada é a ADI interventiva, prevista no art. 36, III, da Constituição Federal.
- (C) A ADPF não é cabível para impugnar leis anteriores à Constituição, pois seu objeto se restringe a atos normativos posteriores à ordem constitucional vigente.
- (D) O reconhecimento de não recepção de lei pré-constitucional só pode ser feito pelo STF, nunca por juízes ou tribunais, pois envolve controle concentrado de constitucionalidade.
- (E) A lei pré-constitucional não pode ser objeto de ADI, pois, sendo anterior à CF, não pode ser "inconstitucional"; pode, contudo, ser objeto de ADPF, que permite o reconhecimento, com efeitos *erga omnes*, de sua não recepção pela Constituição de 1988.

Questão 47

(Correta: A)

A empresa estatal catarinense EFICIÊNCIA-SC está em processo de renovação de sua Diretoria. Para o cargo de Diretor-Presidente, o Governador cogita nomear as seguintes pessoas: (a) João, servidor público estadual efetivo há 15 anos, atualmente cedido para um órgão federal há 2 anos; (b) Maria, dirigente estatutária licenciada de partido político; (c) Paulo, gerente de uma empresa privada e com reputação ilibada, que há 1 ano firmou contrato de prestação de serviços com o Estado de Santa Catarina; e (d) Carla, especialista com ampla experiência técnica, que atualmente integra o conselho consultivo de empresa concorrente direta da estatal. À luz do Decreto n.º 1.007, de 2016, do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta:

- (A) João pode ser nomeado, e inclusive poderá ter dispensado o requisito de experiência mínima, desde que não conte o período em que esteve cedido; Maria e Carla são vedadas; e Paulo também não pode ser nomeado porque firmou contrato com o Estado há menos de 3 anos.
- (B) Maria pode ser nomeada porque a vedação se aplica apenas a dirigentes partidários que estejam no exercício do mandato eletivo e não licenciados.
- (C) Carla não possui impedimento, pois sua atuação em conselho consultivo de empresa concorrente não configura conflito de interesse segundo o decreto.

- (D) Paulo pode ser nomeado, pois contratos anteriores à nomeação não geram impedimento, desde que já encerrados.
- (E) João não pode ser nomeado porque esteve cedido para um órgão federal.

Questão 48

(Correta: C)

O Estado X aprovou a Lei Estadual n.º Y/2025, que instituiu a "Fundação de Desenvolvimento Cultural e Tecnológico de X" (FDCT-X). O artigo 2º da lei diz expressamente que a FDCT-X "terá personalidade jurídica de direito privado" e terá por objeto a gestão de espaços culturais, a prestação de serviços de formação técnica e a exploração de atividades de produção audiovisual com fins comerciais. O estatuto aprovado pela mesma lei prevê regime trabalhista celetista para seus empregados. Alguns servidores estaduais sustentam que, por ter sido criada pelo Poder Público, a FDCT-X é automaticamente pessoa jurídica de direito público e seus empregados fariam jus ao regime jurídico estatutário e à estabilidade prevista constitucionalmente; outros afirmam que, por constar no estatuto a sujeição ao regime de direito privado e por as atividades serem de conteúdo econômico, a Fundação deve observar o regime jurídico-privado. Com base nisso, assinale a alternativa correta:

- (A) Mesmo que o estatuto e a lei instituidora expressem sujeição ao regime de direito privado, a existência de atuação estatal (serviços culturais e gestão de espaços públicos) impede a aplicação do regime privado; assim, a FDCT-X deve ser tratada, automaticamente, como pessoa jurídica de direito público.
- (B) Somente medida provisória é que irá definir as áreas de atuação de uma Fundação, conforme o disposto no art. 37, XIX, da CF.
- (C) Se a lei instituidora e o estatuto definem a fundação como sujeita ao regime de direito privado e suas atividades são de conteúdo econômico ou passíveis de delegação, a fundação poderá submeter-se ao regime jurídico-privado; nessa hipótese, os empregados não se submetem ao regime jurídico estatutário e nem gozam da estabilidade prevista constitucionalmente.
- (D) Toda fundação instituída pelo Poder Público possui, necessariamente, personalidade jurídica de direito público e equivale sempre a uma autarquia.
- (E) Toda fundação criada por lei precisa, obrigatoriamente, passar por registro dos atos constitutivos para adquirir personalidade jurídica; a lei por si só não é suficiente para a constituição da personalidade jurídica.

Questão 49

(Correta: C)

A reflexão sobre ética no serviço público demanda

compreensão de seus fundamentos filosóficos e de sua aplicação no contexto institucional. A construção histórica do conceito remonta a pensadores clássicos e se desdobra em instrumentos normativos que orientam a atuação dos agentes públicos. Considerando a relação entre os fundamentos conceituais da ética e sua expressão na conduta do servidor público, é correto afirmar que:

- (A) O caráter individual, embora relevante para a formação moral, torna-se secundário no serviço público, no qual a conduta ética deriva da coerção normativa exercida pelos instrumentos de controle.
- (B) A moral, por derivar de convenções histórico-sociais, possui caráter absoluto e universal, dispensando adaptações normativas às particularidades de cada contexto institucional.
- (C) A ética pressupõe autonomia para decidir, julgar e avaliar, de modo que a conduta ética do servidor não se esgota no cumprimento formal das normas, mas exige orientação interna que confira sentido às suas ações.
- (D) A ética no serviço público fundamenta-se na aplicação mecânica de regras codificadas, garantindo uniformidade de conduta independentemente das circunstâncias concretas enfrentadas pelo servidor.
- (E) A distinção entre ética e moral reside no fato de que a primeira regula relações institucionais, enquanto a segunda orienta comportamentos na esfera privada, sem intersecção entre ambas.

Questão 50

(Correta: E)

No ambiente organizacional público, o desenvolvimento dos servidores demanda ferramentas que auxiliem na melhoria contínua do desempenho. Entre essas ferramentas, destacam-se o *feedback* e o *feedforward*, que possuem características e finalidades distintas, embora complementares. Considerando a aplicação dessas ferramentas no contexto da gestão de pessoas, é correto afirmar que:

- (A) O *feedback* e o *feedforward* são ferramentas excludentes, devendo o gestor optar por uma delas conforme o perfil comportamental de cada servidor.
- (B) A aplicação do *feedforward* dispensa o estabelecimento de diálogo entre gestor e servidor, pois se baseia em indicadores objetivos de desempenho futuro.
- (C) O *feedforward* substitui o *feedback* nas organizações contemporâneas, uma vez que a análise retrospectiva do desempenho tornou-se inadequada para a gestão de pessoas.
- (D) O *feedback* possui caráter corretivo e punitivo, razão pela qual o *feedforward* foi desenvolvido como alternativa para evitar conflitos nas relações hierárquicas.

- (E) O *feedback* oferece retorno sobre o desempenho passado, enquanto o *feedforward* foca no desenvolvimento futuro, valorizando potencialidades e direcionando ações prospectivas.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	RESPOSTAS				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E

Questões	RESPOSTAS				
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 15 de dezembro de 2025**, no endereço eletrônico concursos.furb.br, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 16 de dezembro de 2025 e 23h59min59seg do dia 17 de dezembro de 2025**.

14 de dezembro de 2025